ALFABETIZAR-SE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: POR QUE TEM SIDO TÃO DIFÍCIL EFETIVAR ESSE DIREITO?

Apresentação: Comunicação Oral

Helena Adriana Cabral da Silva¹; Gerlangi da Conceição Silva²; Vilma Maria do Nascimento Silva³; Danielle Nogueira dos Santos⁴; Juliana Maria Lima Coelho⁵

Resumo

A alfabetização sob diversos ângulos tem sido objeto de inúmeros estudos devido sua importância como instrumento de desenvolvimento e inclusão social. Diante das novas expectativas em torno da educação, a alfabetização passou a adotar um papel de destaque na superação das desigualdades, possibilitando aos indivíduos fazerem suas escolhas com autonomia, de modo consciente. A temática abordada é de grande relevância, em especial para os educadores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e demais atores envolvidos no sistema educacional. Esperamos que este estudo contribua nas reflexões futuras. O estudo dessa temática surgiu da inquietação ao constatararmos que apesar da alfabetização ser um direito de todos e do país ter oficialmente reconhecido a importância de alfabetizar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, vemos que este direito ainda não está sendo plenamente efetivado. A pesquisa teve por objetivo analisar por que tem sido tão difícil efetivar o direito de alfabetizar-se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para isso tivemos como referência Freire (1996), Mortatti (2004), Soares (2006) dentre outros. Os procedimentos metodológicos foram definidos em duas etapas, na primeira realizamos a entrevista com os sujeitos acima mencionados e na segunda analisamos as entrevistas, fazendo a interpretação dos dados obtidos. Aplicamos a entrevista semiestruturada com seis professores, um formador e um orientador de estudo do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Percebemos que há vários fatores que dificultam a efetivação desse direito, porém constatamos que a raiz do problema está na falta de políticas de alfabetização no período destinado à mesma, só recentemente vemos ações e programas neste sentido. Notamos também que os professores necessitam de orientações mais sistemáticas no que se refere à metodologia do seu trabalho.

Palavras-Chave: Alfabetização, Anos Iniciais, Direito

Introdução

De acordo com Freire (2006, p.8) “Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não pela manipulação mecânica de palavras,

¹ Pedagogia, Faculdade Escritor Osman da Costa Lins. E-mail: helenaadriana1@hotmail.com

² Pedagogia, Faculdade Escritor Osman da Costa Lins E-mail: gerlangi@yahoo.com.br

³ Pedagogia, Faculdade Escritor Osman da Costa Lins E-mail: vilmasilva19@hotmail.com

⁴ Pedagogia, Faculdade Escritor Osman da Costa Lins. E-mail: dani_nog81@hotmail.com

⁵ Mestre em Educação, Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: juelho@gmail.com

mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade”.

Neste sentido, compreendemos a alfabetização como a etapa de maior relevância na formação escolar do sujeito, tendo em vista que, se nesse período os alunos não alcançarem resultados satisfatórios aumentarão as chances de desistirem da escola ainda nos anos iniciais.

Por isso, é importante que governo, escola e sociedade atribuam a essa etapa o valor merecido, comprometendo-se em buscar meios de proporcionar aos educandos as condições necessárias para que possam desenvolver habilidades de leitura e escrita no ciclo destinado ao processo de alfabetização. De acordo com o texto da proposta do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) o ciclo de alfabetização é formado pelo 1º, 2º e 3º Ano do Ensino Fundamental de 9 anos, sendo este o ciclo que deve inserir a criança na sociedade letrada.

É preciso destacar que o acesso à educação é um direito de todos, reconhecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, o que faz da alfabetização um direito básico do indivíduo. Entretanto, ainda hoje, o analfabetismo se configura como um dos principais problemas educacionais do país.

O presente trabalho teve por objetivo analisar por que tem sido tão difícil efetivar o direito de alfabetizar-se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Levantamos como hipótese principal a de que o país ainda não conseguiu oferecer condições que garantam um processo de alfabetização com qualidade para todas as crianças. Para atender ao objetivo proposto foi necessário investigar o processo histórico da alfabetização no Brasil; analisar os programas e ações que visam efetivar a alfabetização no ciclo previsto; e discutir como tem se dado a formação inicial e continuada do professor alfabetizador. Para discorrer sobre esse tema nos baseamos nos seguintes teóricos: Ferreiro, Soares, Mortatti, Freire e Libâneo.

Fundamentação Teórica

Debateremos, nessa etapa, a alfabetização, as políticas públicas que dão suporte ao trabalho de alfabetizar e a formação do professor alfabetizado.

Alfabetização: O contexto histórico de um processo

No que se refere à alfabetização, podemos entender que os primeiros indícios de sua presença na legislação do país ainda que de forma indireta surgiu na constituição do império datada de 1824 (MORTATTI, 2010), a qual estabelecia o acesso à instrução primária e gratuita como

direito de todos os cidadãos, porém, as condições não colaboravam para que esse acesso fosse de fato realidade, sendo assim a aquisição da leitura e escrita transformou-se em critério de seleção e exclusão do indivíduo na sociedade.

Em 1930 durante o governo do Presidente Getúlio Vargas os altos índices de analfabetismo da população era um grande problema que exigia do governo a promoção de ações em prol da alfabetização. Nesse cenário, um grupo de intelectuais elaboraram um manifesto que defendia uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória (NETO, 1988). Após o regime militar, o Brasil passava por um momento de redemocratização, a população mobilizou-se em defesa da universalização do ensino.

No âmbito da legislação, a aprovação da Constituição Federal de 1988 foi um marco, estabelecendo como dever do Estado para com o cidadão oferecer a Educação Básica. É importante ressaltarmos que a aprendizagem da leitura e da escrita é a base dessa educação. Por isso, entendemos que a alfabetização tem um sentido maior na vida do sujeito, não se restringe apenas a dominar uma técnica. De acordo com Soares:

É no quadro dessa ideologia, na qual se insere o nosso País, que o significado da alfabetização ultrapassa de muito a mera aquisição de uma “técnica – o saber ler e escrever; o acesso a leitura e a escrita, como acesso a condições de possibilidade de participação social e cultural, é, fundamentalmente, um processo político, através do qual grupos excluídos dos direitos sociais, civis e políticos e dos privilégios, na luta pela participação no poder e nas instâncias culturais de lazer e de prazer; enfim, na luta pela transformação social. Justifica-se, assim, a afirmação de que a alfabetização é um instrumento na luta pela conquista da cidadania, e é fator imprescindível ao exercício da cidadania. (SOARES, 2006, p.59)

Na citação acima a autora defende que a alfabetização não é condição para a cidadania, mas é fundamental para exercê-la plenamente. Portanto quando falamos sobre alfabetização, é preciso considerar as mudanças que traz para o indivíduo aprender a ler e escrever, e a autonomia que adquire quando este consegue passar do discurso oral e se apropriar do escrito.

Programas e índices: Políticas públicas relacionadas à alfabetização

É fundamental compreendermos que não há um único fator responsável pelos persistentes problemas no processo de alfabetização, e quanto a isso precisamos estar atentos, pois uma visão limitada sobre esse processo acaba por desconsiderar sua complexidade e múltiplas dimensões (SOARES, 2006) e com isso deixa de debater o assunto de forma mais ampla, como por exemplo, no bojo das políticas públicas, estas por sua vez, devem visar a promoção da equidade. Mas será que no país as políticas referentes à alfabetização estão cumprindo esse papel?

De acordo o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores elaborado pelo MEC:

A análise de quem são os alunos que a escola não tem conseguido alfabetizar ao longo dos anos indica que não se trata de uma metade qualquer, aritmeticamente neutra; essa metade é formada, majoritariamente, pelos alunos das camadas populares. (BRASIL, 2001, p.14)

Analizamos a citação acima e concluímos que para que a alfabetização na idade certa seja de fato uma realidade no país, antes é preciso que seja garantida igualdade de oportunidades a todos os indivíduos. De acordo com Mortatti (2004, p.15): “É, portanto, dever do Estado proporcionar, por meio da educação, o acesso de todos os cidadãos ao direito de aprender a ler e escrever, como uma das formas de inclusão social, cultural e política e de construção da democracia”.

Nos últimos anos o governo vem demonstrando preocupação com a questão da alfabetização das crianças até os 8 anos de idade. Neste sentido, vem desenvolvendo ações e programas com o objetivo de efetivar as políticas públicas de “alfabetização”. Um importante instrumento para garantir a efetivação dessas políticas diz respeito à legislação educacional, a começar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/ 96, a qual regulamenta todo o sistema de ensino do país.

Com a aprovação da Lei 11.274 de 06 de fevereiro de 2006 foi estabelecida a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, sendo obrigatória a matrícula a partir dos seis anos de idade. Já o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, firma o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o qual prevê a colaboração entre as três esferas para melhoria na educação básica, esse Plano estabelece que a verificação dos resultados da alfabetização seja feita através de exames periódicos como é o caso da Provinha Brasil.

O Parecer CNE/CEB nº 4, de 20 de fevereiro de 2008, traz orientações sobre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, abrindo precedentes para as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Nove Anos fixadas através da Resolução CNE/CBE nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que afirma o seguinte em seu art. 30: “Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar: I – a alfabetização e o letramento”. (BRASIL, 2010, p.8).

Dentre as iniciativas do governo destacamos o Pró-Letramento Programa de Formação Continuada de Professores das Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental, visando a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem nesse ciclo e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) programa onde o governo firma um compromisso com a alfabetização das crianças até os 8 anos de idade. Criado em 2012 o PNAIC envolve a participação das três esferas num

conjunto de ações cujo principal objetivo é efetivar a alfabetização de todas as crianças na idade certa, ou seja, dentro do ciclo previsto.

De acordo com dados extraídos do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012 a média nacional de crianças brasileiras não alfabetizadas aos 8 anos é de 15,2%. Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) em 2011, 29,8% dos valores dos investimentos públicos por nível de ensino foi para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o que significa que esta etapa recebeu a maior parte dos recursos, em contra partida, cabe questionarmos se os investimentos nesta etapa estão se refletindo na qualidade da educação ofertada.

A Formação do Professor Alfabetizador

Durante um período da história da educação escolar, o trabalho do professor, apresentava características peculiares maternas, ou seja, era desempenhado na figura da mulher, muitas vezes constituía-se como trabalho voluntário, isto é, não era visto como profissão, pois não exigia-se as competências que outras áreas profissionais visavam.

Ao longo do processo da educação ocorreram lutas dos profissionais do magistério em prol de salários dignos bem como a valorização da carreira profissional marcada por mudanças significativas. A constituição de 1988 enfatizou alguns princípios como a valorização do magistério.

Com a aprovação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que traz no Título VI especificações sobre os profissionais da Educação, os quais estão mais diretamente ligados à formação do professor, estabelecendo assim os níveis de formação docente exigidos para a atuação dos professores na educação básica; as competências dos Institutos Superiores de Educação; o tempo mínimo para a prática de ensino, as estratégias para valorização dos profissionais da educação (estatuto, planos e carreira, condições de trabalho).

Os cursos de formação de professores e os cursos de formação continuada devem dar referências teóricas que lhes deem condições não só de analisar situações concretas de aprendizagem, mas sim de intervir nos momentos necessários, porém para que isso aconteça devem ter conhecimentos de teorias, para a partir delas analisar sua prática pedagógica percebendo assim o que tem dado certo e quais procedimentos metodológicos precisam ser reavaliados.

[...] A formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas. (LIBÂNEO, 2004, p.227).

Todos tem o direito a educação de qualidade, principalmente em relação à alfabetização visto que ela é a base para que o indivíduo possa desenvolver outras habilidades. Ao falar em fracasso escolar não podemos deixar de discutir aqui, que na maioria das vezes esse fracasso é atribuído a má formação profissional do educador.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos a abordagem qualitativa com o objetivo de analisar por que tem sido tão difícil efetivar o direito de alfabetizar-se nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Escolhemos a pesquisa qualitativa pelo fato desta priorizar a interpretação dos dados coletados e não a sua mensuração.

A pesquisa de campo foi realizada com profissionais da rede municipal de ensino da cidade de Vitória de Santo Antão – PE e com profissionais que atuam no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Utilizamos como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, a opção por este instrumento justifica-se pelo fato deste permitir uma maior aproximação entre o pesquisador e o objeto investigado.

O critério adotado para a escolha dos sujeitos da pesquisa é que fossem profissionais diretamente ligados a alfabetização, sendo selecionados da seguinte forma: seis professores todos do sexo feminino (dois de cada ano do ciclo de alfabetização), um orientador de estudo e um formador ambos do PNAIC, totalizando um universo de oito entrevistados.

Trataremos os sujeitos por nomes fictícios preservando assim sua identidade. As professoras são: Rosa pós-graduada em psicopedagogia, leciona há 24 anos atualmente no 1º ano; Joana graduada em pedagogia, leciona há 18 anos atualmente no 1º ano; Edna possui especialização em ciências biológicas leciona há 24 anos atualmente no 2º ano; Dora pós-graduada em psicopedagogia, leciona há 20 anos atualmente no 2º ano; Maria formada no normal médio, leciona há 07 anos atualmente no 3º ano; Alda possui o magistério, leciona há 15 anos atualmente no 3º ano. Quanto a Olga, orientadora de estudo é pós-graduada em psicopedagogia, o Formador de estudo José é mestre em educação.

Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados constituiu-se a partir da análise das falas dos sujeitos entrevistados articulando-as as contribuições de teóricos que tratam do assunto e as reflexões das autoras deste trabalho.

A concepção predominante nas falas dos sujeitos foi a de que a alfabetização não é apenas a decodificação de símbolos, envolvendo também o domínio das habilidades de leitura, escrita e compreensão, visão que observamos na seguinte fala:

Alfabetização não é só saber ler e escrever que muitas vezes o menino sabe ler e escrever, mas ele não está alfabetizado, totalmente alfabetizado, porque ele tem que ler, escrever e compreender o que está lendo né? Porque se não ele num, ele num vai estar alfabetizado, ele pode até estar alfabetizado, mas ele não está letrado, por que agora tem é..., como é, a gente entende de maneira diferente, por que ele tem que ser alfabetizado e letrado [...] (Rosa, Professora do 1º ano)

Notamos que para esse sujeito a alfabetização não se resume ao ato mecânico de ler e escrever, reconhecendo assim a importância da associação entre alfabetização e letramento.

A esse respeito Soares diz o seguinte:

[...] só recentemente passamos a enfrentar uma nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também fazer uso do ler e do escrever, para saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente, daí surge o termo **letramento** [...] (SOARES, 2002, p.20. grifo da autora)

Constatamos que a autora defende que diante das novas demandas da sociedade em torno do ler e escrever surgiu uma nova abordagem referente aos usos e práticas sociais, conceituada como letramento.

Porém dos sujeitos analisados, observamos que dois se distanciaram no discurso dessa visão do alfabetizar letrando, estando ligados ainda a uma prática mecânica e tradicional, o que está explícito no que disse a professora Maria do 3º ano:

Alfabetizar pra mim é poder ampliar a visão do aluno, né é fazer o aluno enxergar, por que eu acredito que quando a pessoa não sabe ler ele é cego, então é ampliar um pouquinho a visão do aluno para o mundo para a vida, alfabetizar pra mim é preparar pra vida.

O presente discurso desconsidera os conhecimentos prévios dos alunos, visto que não podemos afirmar que um indivíduo só “enxerga” neste caso referindo-se a compreensão do meio a sua volta, se for alfabetizado. De acordo com Ferreiro:

Temos uma imagem empobrecida da criança que aprende: a reduzimos a um par de olhos, uma mão que pega um instrumento para marcar e um aparelho fonador que emite sons. Atrás disso, há um sujeito cognoscente, alguém que pensa que constrói interpretações, que agi sobre o real para fazê-lo seu. (FERREIRO, 2010, p.41)

Freire nos faz refletir sobre a necessidade do educador ter definido os princípios que orientam sua prática para autoavaliar constantemente suas ações, “(...) Como professor preciso me mover com clareza. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro do meu próprio desempenho”. Freire (1996, p.68)

Na pergunta referente às dificuldades encontradas no dia a dia enquanto professor alfabetizador elencamos os dados num quadro sintetizando as respostas a medida que trazemos os aspectos mais relevantes das falas desses sujeitos.

Professores alfabetizadores	Dificuldades				
	Falta de apoio e estrutura familiar	Indisciplina	Falta de Recursos	Pais analfabetos	Não teve acesso a Educação Infantil
Rosa (1º ano)	X				x
Joana (1º ano)	X	X			x
Edna (2º ano)	X		x		
Dora (2º ano)	X			x	
Maria (3º ano)	X				
Alda (3º ano)	X		x		

A análise do quadro evidencia que todos os sujeitos entrevistados apontaram a família como fator que gera maior dificuldade no processo de alfabetização. Entendemos que todos os aspectos citados configuram-se como dificuldades no cotidiano escolar, porém, é preciso considerar que são muitos os fatores envolvidos nesse processo como: O currículo, a formação do professor alfabetizador, o modelo de gestão e as políticas públicas específicas para essa área. Freire (1979, p.21) alerta para a importância do docente conseguir substituir “[..] por uma visão crítica a visão ingênua da realidade”.

Sobre a pergunta referente aos entraves que dificultam a efetivação do direito de alfabetizar-se na idade certa, vemos outra visão, a qual foi trazida na seguinte fala de José Formador de Estudo do PNAIC:

O entrave maior é o social, segundo é principalmente a consciência de cidadania que a gente não tem o suficiente. Nós precisamos trabalhar muito a questão da cidadania, do exercício da cidadania, não somente falar, exercitar. Exercitar a cidadania é educar os alunos, educar a sociedade para uma transformação social, política, econômica e cultural. Nós temos um desnível, aí você tem como resultado o fracasso escolar, a evasão, os nossos problemas são graves mais estamos avançado [...]

A presente colocação tem suporte na concepção de Mortatti:

Saber ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do cotidiano são, hoje, necessidades tidas como inquestionáveis tanto para o exercício pleno da cidadania, no plano individual, quanto para a medida do nível de desenvolvimento de uma nação, no nível sociocultural e político. (2004, p.15)

A partir do que aborda o formador e da visão de Mortatti, compreendemos a importância da prática docente estar voltada para a emancipação do aprendente, tendo como objetivo o desenvolvimento da consciência crítica do educando para que assim possa intervir no seu contexto social.

Consideramos que diante das expectativas que a sociedade atribui a alfabetização, não há mais lugar para um ensino mecânico baseado na memorização que resulta num saber fragmentado por parte do educando (FREIRE, 1987). Neste sentido, é necessário que o educador esteja aberto a refletir sobre sua prática, analisando a forma como está mediando o processo de ensino e aprendizagem, pois: “Não é o conteúdo do saber, mas o meio pelo qual este é transmitido, que vai reelaborá-lo, transformando-o em saber conservador ou progressista.” (WACHOWICZ, 1995, p.13)

Ainda referente a pergunta sobre metodologia adotada houveram sujeitos que demonstraram que não fazem uso de um único método de ensino.

[...] metodologia eu acho assim, que ela é uma mistura, porque você não trabalha uma coisa só, você não pega só, não direciona só “prum” método só, você pega um pouquinho daqui, um pouquinho dali, sai mesclando pra fazer um tradicional misturado com construtivista e que você pega uma coisa daqui, uma coisa dali [...] (Rosa professora do 1º ano)

Sabemos que a metodologia adotada pelo docente pode ser influenciada por diferentes teorias, porém, é fundamental que o educador saiba quais são as teorias que orientam sua prática pedagógica, tenha definidos os objetivos que almeja e clareza dos meios que utilizará para alcançá-los, trabalhando de acordo com a necessidade do aluno independentemente do método utilizado. Essa visão tem base no que afirma Soares (2013, p.54) “Assim, não há um modelo ideal para alfabetizar há métodos – no plural – que o educador bem formado saberá escolher e usar nas situações reais da sala de aula”.

Um dos objetivos da entrevista foi verificar quais as contribuições trazidas pela formação do PNAIC para a atualização enquanto professor alfabetizador. No universo de seis professores entrevistados apenas um não participou da formação do PNAIC. Notamos que todos os sujeitos que participaram dessa formação apontaram contribuições significativas para construção do processo de alfabetização.

Para cumprir a meta do PNAIC de alfabetizar as crianças na idade certa o foco foi investir na formação continuada do professor alfabetizador. Em vista disso fomos ouvir José formador do PNAIC quanto aos resultados que puderam ser observados ao final dessa primeira etapa do PNAIC. O mesmo relatou o seguinte:

Primeiro resultado foi mudança de prática pedagógica, os professores não utilizam os materiais, os jogos de linguagem do CEEL agora começaram a utilizar, aprenderam planejamento, eles desenvolveram também pesquisa, se sentiram pesquisadores. Nós mobilizamos a questão profissional [...]

Percebemos que o formador reafirma o que disse a professora na questão da mudança de prática, do uso dos jogos de alfabetização, da valorização profissional, da troca de experiências possibilitando a reconstrução de conhecimentos. Diante disso consideramos a formação do PNAIC uma iniciativa inovadora que veio se preocupar com a qualidade do processo de alfabetização destinando investimentos específicos para esse ciclo.

Consideramos assim que a alfabetização é base do processo educativo deve ser colocada em primeiro plano, porém essa visão apareceu só recentemente no centro das discussões, um exemplo disso é a criação do PNAIC.

Outra visão pode ser observada no que disse Olga orientadora de estudo do PNAIC:

[...] Aí eu colocaria, aí os sujeitos no caso, o professor ele precisa tá em formação continuada [...] eu não posso pensar em alfabetizar como eu ensinei os meus primeiros alunos, eu não posso, e eu não posso repassar isso para meus professores, então eu tive que aprender e eles estão tendo que aprender isso [...] eles tem que se despojarem de tudo que eles acreditavam e faziam e a gente, a gente é... é... é... Encontra professores que não estão afim de fazer, apesar de quer a gente tem conseguido a maioria [...]

Diante da extensão da resposta foi necessário suprimir a fala da orientadora, priorizamos por trazer os trechos que consideramos expressar com mais clareza suas ideias. Basicamente podemos notar que a mesma aborda duas questões, a primeira diz respeito a importância da formação continuada para o docente e a segunda quanto ao professor estar disposto a abrir mão de conceitos antigos, a fim de resignificar sua prática de forma a garantir a qualidade da aprendizagem dos alunos (FREIRE, 1996)

Observamos que os dois sujeitos citam importantes contribuições, o primeiro defende a ampliação do PNAIC tornando-o uma política de formação de caráter permanente, pois é um programa temporário previsto para três anos de duração, de forma que ainda não se tem garantias de sua continuidade. A orientadora por sua vez, destaca a importância do governo investir também na

formação continuada dos profissionais da educação infantil, no sentido de melhorar a qualidade dessa modalidade e oferecer subsídios que venham a contribuir na efetivação do processo de alfabetização.

Como vemos os dois sujeitos ainda que de forma diferente trazem à tona a importância da formação continuada para melhoria da qualidade do processo educativo, como defende Libâneo (1999,p.77) “o professorado, diante das novas realidades e da complexidade de saberes envolvidos presentemente na formação profissional, precisaria de formação teórica mais aprofundada [...]”

Conclusões

O presente estudo buscou analisar por que tem sido tão difícil efetivar o direito de alfabetizar-se nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para tanto fez-se necessário investigar o processo histórico da alfabetização no Brasil, a partir dessa investigação constatamos que a alfabetização não foi tratada como prioridade e as dificuldades envolvidas nesse processo resultam da falta de um compromisso efetivo ao longo da história.

Para alcançar nosso objetivo fomos analisar os programas e ações que visam efetivar a alfabetização no ciclo previsto, no decorrer da análise verificamos a escassez de políticas voltadas para a alfabetização na idade própria, ou seja, embora a alfabetização seja um direito básico pouco foi feito para que fosse efetivado. No cenário atual surge o PNAIC como medida para garantir a alfabetização na idade certa, entretanto, mesmo diante da relevância deste programa não há garantia de sua continuidade.

Outra questão abordada neste estudo foi quanto a formação inicial e continuada do professor alfabetizador. Com base na análise dos dados referente aos docentes observamos que muitos ainda adotam uma perspectiva tradicional, alguns apresentaram dúvidas em relação à metodologia utilizada o que em especial nos causou inquietação, inclusive sugerimos como objeto de estudos futuros, pois, consideramos de suma importância que o educador tenha clareza da sua prática e dos métodos que utiliza.

Referências

NETO, Henrique Nielson. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1988, p.313–317.

BRASIL. **LEI Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm >Acesso em: 29 de agosto, 2013.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre Alfabetização**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 4.ed.São Paulo: Contexto, 2006.